

Na maré baixa, o portinho de Âncora transforma-se numa praia



# Assoreamento dos portos pode deixar em terra centenas de barcos no Norte

De Vila Praia de Âncora à Póvoa de Varzim, pescadores de vários portos queixam-se da ausência de condições de trabalho e dos riscos para a navegação

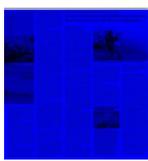
**Susana Ramos Martins**

● Guarda-sol colorido espetado na areia, toalha estendida e pés na água, que o tempo convida na praia em que está transformado o porto de pesca de Vila Praia de Âncora. Fruto do “Orçamento do Queijo”, viabilizado em 2001 pelo deputado Daniel Campelo, actual secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, ao Governo socialista de António Guterres, aqui foram gastos, numa primeira fase, 7,5 milhões de euros. Mas agora faltam ao Instituto Marítimo Portuário as centenas de milhar necessárias para garantir o seu desassoreamento, o que põe em causa, nesta localidade, a actividade de 27 embarcações da pesca artesanal. Só da Póvoa de Varzim para norte, são quase duas centenas os barcos, e muitos mais os pescadores, afectados por este excesso de areia nos portos.

“Agora vem tudo cá parar”, reclama Emanuel Franco, com um pé assente no cais, outrora flutuante e agora enterrado na areia, e o outro dentro da *Moisés Joel*, a embarcação de pesca

de que é mestre. Juntamente com a tripulação, aproveita a manhã de sol e de maré vazia para preparar as redes que vão utilizar na faina, mas só quando o mar o permitir. O assoreamento do portinho de Âncora impede-os de sair a qualquer hora, exigindo uma espera paciente pela próxima maré. Enquanto isso, são obrigados a partilhar o abrigo de pesca com os veraneantes que, fugidos ao vento, decidiram tirar partido daquilo que é uma dor de cabeça para os pescadores: a areia. Quando a água desce, o areal que entretanto se formou dentro do porto torna-se extenso e convida avós e netos. “Isto passou a ser a praia das crianças e das pessoas de idade”.

O cheiro a maresia acompanha Vasco Presa, que se junta à conversa depois de ter ido inspeccionar o seu barco, também ele encalhado na areia. Presidente da Associação de Pescadores de Vila Praia de Âncora, lamenta os prejuízos e o perigo que o assoreamento representa para a comunidade piscatória local, cada vez mais reduzida. “Reduziu-nos o trabalho em cerca de 50 por cento”. “O



ADRIANO MIRANDA

esses condicionamentos provocam aos profissionais da pesca, o presidente da associação local de pescadores, André Cardoso, fala no "perigo desgraçado" que representam. "Já houve vários acidentes mortais e todos os dias há problemas que, por não haver mortes, não ficam registados. Só este ano já houve cerca de duas dezenas de acidentes que poderiam ter resultado em morte".

Menos sorte tiveram no ano passado três pescadores à entrada da barra de Caminha, também ela há décadas a debater-se com problemas de assoreamento. Um dos sobreviventes do acidente em Março de 2010 com a embarcação *Vimar*, Vítor Santos, não hesitou em atribuir as culpas do naufrágio ao assoreamento da barra e ao banco de areia, "que é um perigo escondido para quem é obrigado a por lá passar para ir trabalhar". Quase dois anos depois, continua tudo na mesma. Paulo Silva, o actual presidente da Associação de Pescadores do Rio Minho e Mar de Caminha, exige "soluções rápidas" para o problema.

Há duas semanas, a Associação Pró-Maior Segurança dos Homens do Mar, que representa 600 barcos de todo o país, 80% dos quais a trabalhar a norte da Figueira da Foz, chamou a atenção para o mesmo problema, desta vez na Póvoa de Varzim, em cujo porto tem a sua sede. O presidente desta associação, José Festas, considera mesmo que, por causa do excesso de inertes, a Póvoa tem nesta altura "a pior barra do país", causando inúmeros problemas aos mestres, mas também aos navegadores que utilizam a marina que está a ser explorada pelo Clube Naval Povoense. É que com o assoreamento, o mar "está a partir" na entrada da barra e basta uma pequena ondulação para que a autoridade marítima proíba a navegação, condicionando o rendimento dos pescadores ou atrapalhando o calendário das embarcações de recreio.

José Festas afirma que em Março começou a insistir junto do Governo para que a dragagem fosse efectuada no pico do Verão para salvaguardar a limpeza do canal antes da chegada do Inverno, mas não obteve sucesso e a situação foi piorando. "Se a dragagem não arrancar já, nos próximos meses a barra vai estar fechada em 90% do tempo. E isto é inaceitável. Serão centenas de famílias que directa ou indirectamente ficarão com os rendimentos afectados e isso, consequentemente, piorará a economia da região. Inclusive, a lota da Póvoa vai ficar "às moscas", alerta.

Mais a norte, em Ancora, já há quem seja forçado a procurar outras paragens, porque o portinho local "já está morto", diz Vasco Presa. Há mestres que começam a atracar as suas embarcações nos portos mais próximos, sobretudo na Galiza. "Não tendo infra-estruturas para trabalhar, não podemos dar a rentabilidade fiscal que o Estado espera". Lembrando todos os custos associados à profissão, o dirigente associativo considera que o Estado só pode exigir que os pescadores paguem impostos se lhes garantir condições nos portos. **Com Ângelo Teixeira Marques**

## IPTM sem verba garantida para retirar areias

# Sobrevivência das comunidades piscatórias ficará em causa se não houver dragagens

Susana Ramos Martins e Ângelo Teixeira Marques

● Na análise que faz ao fenómeno do assoreamento dos portos, o especialista em Hidráulica e Recursos Hídricos da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Veloso Gomes, é taxativo: "Não há soluções definitivas para o problema e desengane-se quem julgar que agora se faz mais um quebra-mar a norte ou a sul, ou um buraco a meio do quebra-mar, para resolver o problema definitivamente. Isso não existe!", avisa. O académico garante que "só com trabalhos de manutenção" se gere esta situação, o que vai de encontro à posição do presidente do conselho directivo do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM), João Carvalho. Que admite, contudo, que a dragagem de todos os portos sob a sua administração, prevista para 2012, está dependente da "existência de verbas correspondentes".

Este problema afecta infra-estruturas de apoio à pesca e à navegação de recreio de Caminha, Vila Praia de Ancora, Castelo de Neiva, Esposende, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Aguda e até da ria de Aveiro, onde as associações contactadas pelo PÚBLICO contabilizam um total de 190 barcos de pesca, de várias dimensões. A realização de dragagens é pois, segundo Veloso Gomes e o IPTM, "imprescindível" para a viabilização das actividades económicas que sustentam essas comunidades piscatórias. Só que as dragagens tornaram-se um custo pesado para o Estado português após ter sido alterada a legislação impedindo a comercialização dos inertes dragados e obrigando a sua deposição ao largo da costa. Até aí, as empresas que realizavam as dragagens podiam vender a areia extraída e, desta forma, baixar os custos da operação.

Para diminuir a despesa das intervenções, Veloso Gomes defende a realização a uma escala nacional, ou pelo menos regional, de concursos públicos para a atribuição das empreitadas de dragagem, deixando para trás o que acontece actualmente, em que a empreitada é adjudicada caso a caso, o que poderá permitir a poupança de algum dinheiro. Uma vantagem classificada como "controversa" pelo responsável pelo IPTM. João Carvalho considera que a realização de um concurso global seria "prejudicial para as reais condições de concorrência no mercado" e deixaria o Estado "monoddependente do único adjudicatário". Por isso, o IPTM vai continuar a apostar na realização de procedimentos concursais localizados.

Dinheiro para avançar com as dragagens é que parece não haver. O delegado de Viana do Castelo do IPTM disse esta semana no Portinho de Vila Praia de Ancora, onde realizou uma visita a convite do deputado socialista



NELSON GARRID

O IPTM vai dragar 35 mil metros cúbicos de areia do Porto da Póvoa

Jorge Fão, ter sido "cortado" o orçamento canalizado para a dragagem daquele e de outros dois portos. Em resposta ao PÚBLICO, o IPTM confirma que para este ano aguarda autorização para avançar apenas com a dragagem de 35 mil metros cúbicos de areia no porto da Póvoa de Varzim. Uma intervenção avaliada em 325 mil euros e que admite já ser "insuficiente".

No entender do presidente da Associação Pró-Maior Segurança dos Homens do Mar, José Festas, terão de ser retirados 50 mil metros cúbicos de areia para que a situação fique resolvida por "um ou dois Invernos". "Este ano houve uma dragagem de 15 mil metros cúbicos em Vila do Conde, gastaram-se 300 mil euros e os pescadores dizem que a situação não está grande coisa. Na Póvoa, com a barra como está, o que vão fazer não

vai chegar para nada", diagnostica o mestre, que continua a defender a existência de uma draga em permanência nos dois portos.

### Festas antevê protestos

"O porto da Póvoa, pelas suas características e importância, tinha de permitir a saída dos barcos com vagas de quatro metros [de altura]. O que acontece agora é que a partir de um metro e meio as autoridades já se começam a preocupar e aos dois metros já se corre o risco de ver o comandante da capitania proibir a navegação, como sucedeu, por duas vezes, em pleno Verão, o que não é de todo normal". José Festas garante que compreende a decisão das autoridades, mas admite que, após muitos dias parados a ver outros barcos a passar ao largo para a faina, os pescadores conhecidos por serem "aventureiros" se sintam tentados a arriscar uma saída, até porque logo a seguir há "um fundo" e a segurança da navegação é "perfeitamente normal".

O dirigente associativo entende que, na questão do desassoreamento dos portos de pesca, "há filhos e enteados", sendo os locais com capacidade para acolher navios ou iates e com administração própria beneficiados em relação a estruturas mais pequenas sob a alçada directa do IPTM. José Festas diz que em Viana do Castelo, Leixões, Aveiro e Figueira da Foz - com gestão a cargo de sociedades anónimas de capitais públicos - é permanentemente assegurada a navegabilidade, porque são estruturas "que dão dinheiro", enquanto nos portos de Caminha, Vila Praia de Ancora, Esposende, Póvoa de Varzim e Vila do Conde, as areias em excesso só são retiradas depois de "muitas reivindicações públicas, ameaças e quando já há perigo para os pescadores". Não espanta por isso que antevê, a curto prazo, "protestos fortes" dos pescadores que frequentam os portos "quase abandonados".

## A explicação



Veloso Gomes explica o fenómeno de assoreamento que afecta vários portos e portinhos. "A costa portuguesa oeste está a ficar sem areias, mas à medida que vamos construindo abrigos de pesca, mesmo em estuários, as que circulam ao longo da costa têm tendência em abrigar-se. Procuram o mesmo que os pescadores: proteger-se". O "efeito contraditório" provoca o assoreamento dos portos de mar, piorando as condições operacionais e de segurança.